



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 51

Sessão Ordinária de Dezembro

Reunião de 07-01-2008

Aos sete dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Miguel Almeida Dias, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, António Dias Martins, José António Tavares Vieira, José da Cruz Costa, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Bastos Marques Rodrigues, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José António Fernandes Pedroso, António Santos Costa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira

Nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo e António Manuel Carvalho Serra Granjeira pelos sucedâneos na lista de candidatura, Miguel Almeida Dias, António Bastos Marques Rodrigues e Jorge Manuel do Nascimento.

Os sucedâneos na lista de candidaturas Sérgio Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira e Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Sesnando Alves dos Reis, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e António Dias Martins.

Nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício colocou à apreciação do plenário o pedido de continuação de suspensão de mandato, por um período de mais 270 dias (nove meses) até 05 de Outubro de 2008, da Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva, sendo substituída pelo sucedâneo na lista de candidatura, Mário Manuel Borges Pereira Pinto.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida e uma vez que se encontrava presente a Tuna de Santa Joana para “cantar os reis” a Presidente da Mesa com a concordância do plenário, interrompeu os trabalhos. Retomados os trabalhos, a Presidente da Mesa ⁴⁴ deu início à Ordem do Dia.

PONTO 2. - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2008 DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 18/12/2007, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal ⁴⁵, para fazer a apresentação do documento, delegando de seguida nos Vereadores para complementarem informação atinente.

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos ⁴⁶

Vereador Pedro Ferreira ⁴⁶

(Entraram na sala os Vogais Joaquim Manuel Silva Marques e Carlos Eduardo Maria Martins)

De seguida usaram da palavra:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴⁷

“Eu aproveito para falar aqui numa rubrica que vem no Orçamento que é Programação e Animação turística. E gostava de sugerir à Câmara o seguinte: tem-se falado muitas vezes aqui nesta Assembleia de promoção turística. E é uma verdade que na maior parte das vezes dizem-se coisas sem na maior parte das vezes, sem conhecimento do que se passa no meio. Era importante que os elementos desta Assembleia presenciassem ao vivo um ‘feira internacional’ e vissem a maneira como somos muitas vezes bem ou mal promovidos.

Também é uma verdade que as autarquias são pouco sensíveis a esta matéria, que é sem dúvida das mais importante para a economia nacional e neste caso também para a economia dos concelhos.

E vem isto a propósito a atenção pelo facto de mais uma vez o Orçamento da Câmara nesta matéria ser contemplado com 27 mil euros?! O que não é nada para aquilo que se deveria fazer para tentar promover o nosso concelho. E sabendo que a Câmara vai colocar um pólo de promoção na BTL para promover o turismo de negócios, eu pergunto por que não se aproveita também para se promover o turismo de lazer e a Ria dentro das nossas possibilidades actuais.

Dito isto, aproveito para sugerir à Ex.ma Câmara, que devia convidar os membros desta Assembleia para uma visita à próxima Feira de Turismo em Lisboa, e aproveitar o dia da

cidade de Aveiro. Isto numa atitude de podermos ver ao vivo a feira e depois podermos pronunciarmo-nos e dar sugestões. Só isto. Obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) ⁰²

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³

“Primeiro que tudo gostava d dizer que este Orçamento não passa de um processo de intenções — como qualquer Orçamento, aliás. Mas é um processo de intenções que não pode ser considerado nem analisado numa óptica puramente individual e numa óptica anual. Este Orçamento insere-se naquilo que é o resultado de anos de politica dispendiosa e duvidosa de gestão de activos do concelho. Não passa de uma politica, como muitos deverão saber, de uma politica Keynesiana. Gasta-se dinheiro público com vista a melhorar as condições de vida da população (o que é inegável) mas depois passamos à parte de quem vier a seguir que feche a porta e neste caso, “que pague as facturas”.

Não consigo deixar de comparar este Orçamento e o anterior a uma peça de porcelana que de tanto abarrotar de facturas rebentou. Portanto este Orçamento não passa de uma colagem de cacos, que muito custa aos munícipes, mas que cuja alternativa é nula. Nem prevejo que alguém aqui tenha alternativas diferentes para o próximo ano ou próximos mandatos.

É neste processo de falta de alternativas que sugiro que de uma vez por todas nos unamos naquilo que deverá ser o objectivo de todos que é de uma vez por todas sanear as contas do município. Não deverá ser muito difícil analisado de forma algo breve até o Orçamento e verificar (esperemos que não esteja aqui ninguém do Tribunal de Contas) que o Orçamento é altamente deficitário, pelo menos em termos estruturais. Como tal é da responsabilidade de todos fazer por estancar a dívida e resolver o problema estrutural.

Já percebi que todos desejam que o Tribunal de Contas aprove o empréstimo que aqui foi aprovado. Já todos percebemos as dificuldades porque esta Câmara vai passar para ver aprovado esse preciso empréstimo. Ainda hoje mais uma Câmara viu o pedido de empréstimo rejeitado. Não nos esqueçamos que a falta de um empréstimo deste género pode levar para outro tipo de consequências mais gravosas para o município, incluindo transferências do Estado.

É por isso que peço humildemente portanto, que se discuta aqui as formas do levar a cabo este grande projecto que é resolver as contas públicas na Câmara Municipal. Podemos eventualmente deferir em alguns aspectos das receitas, duvido que alguém consiga por em causa qualquer dos aspectos da despesa. Mas se porventura diferem as opiniões nas receitas eu daqui, através da Senhora Presidente, que transmita aos meus pares, que nos dêem reais alternativas para resolver de uma vez por todas o problema, volto a frisar, estrutural, que foi herdado para a Câmara Municipal em termos de Orçamento. E não estou aqui numa postura critica perante o passado, como aliás poderão perceber, mas sim numa postura construtiva de saber que foi um passado gravoso em termos financeiros para o município, mas que é uma postura que pede que tenham uma atitude positiva e que de uma vez por todas resolvam caminhar no mesmo sentido que é a resolução do problema financeiro. Para já é tudo.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴

“Ex.mo Senhora Presidente, Ex.ma Câmara, Ex.mos Senhores deputados. A minha intervenção vai no sentido de manifestar a minha desilusão face ao Orçamento apresentado pela Câmara Municipal de Aveiro, mais concretamente no que se refere à Delegação de Competências atribuídas às juntas de freguesia. Numa reunião tida em Santa Joana com os Presidentes de Junta e a Câmara Municipal, o Senhor Vereador Pedro Ferreira disse que era intenção da

Câmara acabar com os duodécimos substituindo-os pelo programa intitulado “Juntas por Aveiro”.

Este programa incidirá em quatro grandes áreas de actuação. Revitalização Urbana e Ambiente; Cultura, Património e Turismo; Desporto e Educação; Formação, Saúde e Acção Social. É nossa convicção que realmente as freguesias assumem um papel central e uma importante estratégia fundamental para a percussão do crescimento e desenvolvimento sustentável do município. Mas para isso têm de ser dotadas de meios necessários. Não nos parece que esse objectivo seja possível de atingir quando nos garantem apenas 65% dos custos dos projectos aprovados.

A sugestão do uso da imaginação para conseguir o restante, é-nos difícil de aceitar quando não colhemos inspiração nos que a sugerem.

Vejamos o que se passa quanto à Delegação de Competências. Foi-nos pedido o preenchimento de um formulário relativo à limpeza de valetas, reconstrução de passeios, tratamento de espaços verdes, com os respectivos preços por metro quadrado. Ficámos admirados quando recebemos da Câmara Municipal onde já constavam os preços atribuídos pela mesma, sem anteriormente houvesse uma reunião com os Presidentes de Junta onde fossem analisados esses valores (pelos menos com a nossa não houve).

Solicitamos a imaginação da Ex.ma Câmara para conseguir alguém que construa um passeio a 9,55€ por metro quadrado.

No que se refere às escolas não entendemos como é que a verba atribuída por sala diminuiu para menos de metade. Temos consciência de que efectuamos tudo aquilo que as escolas nos têm solicitado para o seu bom funcionamento, com maior a maior brevidade possível e sem gastos supérfluos. Com as verbas agora atribuídas não vai ser possível fazê-lo. Compreendemos as necessidades da contenção orçamental. Não podemos é tolerar esta asfixia imposta sem discussão, sem explicação.

É lícito perguntar qual a utilidade do formulário que nos foi solicitado. Os problemas que aqui levanto não são exclusivos da freguesia de Esgueira. Certamente os meus colegas também os sentem. Todos estamos juntos por Aveiro. Mas com este Orçamento será muito difícil as Juntas este ano terem um contributo importante para o tal objectivo de desenvolvimento e crescimento sustentável do município. Obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Boa noite Sr. Presidente. Mais um ano, mais um Plano. No que respeita à Freguesia da Glória naturalmente não vejo tudo o que gostaria. Ninguém tem tudo o que desejaria ter. Não vejo as chamadas obras de página inteira (como se costuma dizer), mas vejo aquilo que considero realmente essencial. Por esse essencial, pelo básico, que eu tenho lutado. Vejo que a Câmara Municipal considerou importante aquilo que foi dito há bocadinho pelo Senhor Presidente, que é o conjunto do Convento de São Francisco e Santo António. É bom, e vamos depressa, antes que seja tarde demais. Vejo que a Câmara está atenta ao estado bastante degradado dos nossos passeios, nomeadamente uma grande quantidade dos passeios da Glória, onde diariamente circulam milhares de cidadãos. São essas obras básicas importantes. Vejo que a Câmara está também preocupada com alguns arruamentos que estão cheios de buracos e em estado de degradação bastante adiantado. E gostaria de ver também até que ponto a Câmara estaria motivada em encontrar a solução para a nova sede para a Junta de Freguesia da Glória. Foi uma situação referida no Plano de 2007, não quero ter dúvidas de que este ano vai ser realmente importante. O nosso edifício, indiscutivelmente bonito, um dos mais bonitos que conhecemos aqui nas redondezas, mas não tem capacidade, é insuficiente, é muito complicado em termos de funcionalidade para aquilo que as Juntas de Freguesias actualmente fazem. Desde a primeira hora que a Junta de Freguesia se mostrou disponível para assumir competências da

Câmara Municipal, não temos senhor Presidente, senhores Vereadores, condições físicas capazes de exercer uma boa actividade.

Portanto, são estes os pontos que eu considero realmente importantes. Como já disse, não estou à espera nem me fazem falta as chamadas obras de primeira página.

Senhor Presidente, se me é permitido, muito rapidamente, e porque não o pude fazer na última Assembleia, gostaria de estar de alguma maneira em discordância com o meu ilustre colega e amigo João Barbosa da Vera Cruz, em relação à afirmação que ele faz.

É verdade, é realmente verdade, que não estamos contentes com a Câmara Municipal; com o atraso das finanças, com a delegação de competências, com os valores atribuídos para a execução das obras – ninguém está, não há duas opiniões. Mas ao ponto de o meu ilustre colega considerar-se mandatado pelas Juntas de Freguesia, penso que é um bocadinho exagerado. Quero que saiba, que pelo menos dez das freguesias do concelho, não mandataram o Senhor João Barbosa para falar em nome delas. Portanto há aqui uma intenção, eu não quero crer que a houve, que o João Barbosa tenha tido a preocupação de falar como falou. Penso que o conheço, terá saído porque saiu, mas a verdade se assim é, está desculpada. Se assim não é, naturalmente penso que é grave. Porque o João Barbosa tem direito em falar em nome dele, não tem o direito de falar em nome de todos, porque eu sei que não foi mandatado realmente para isso. Muito obrigado.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [013](#)

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Vou tentar fazer uma pequena introdução para que porventura não seja sempre mal entendido. E quero colocar-me desde já à disposição de todos para se alguma dúvida suscitar me coloquem as questões por forma a poder traduzir melhor, porque quero crer, muitas vezes não há o entendimento necessário daquilo que cada um deve expressar para com os outros.

Bom, relativamente ao assunto em apreço, ao Plano e Orçamento para 2008, eu quero subscrever o que foi dito pelo Vogal Carlos Martins, no que concerne ao conjunto de preocupações sobre o défice estrutural. E entendo que sim, que esse défice estrutural tem de ser atacado rapidamente, já perdemos tempo demais. Não o conseguimos desde o início que o identificámos, resolver. Por que não é em vão que o Senhor Presidente da Câmara me disse pela voz do Vereador desta área, que tem um défice estrutural de 250 mil euros mensais! É preciso por cobro, senão isto é ingovernável, interminável.

As perguntas que se levantam podem ser colocadas a vários níveis. E a prudência indicaria, quero eu crer, porque Carlos Martins diz que não há alternativas e eu quero crer que sim, que há alternativas. Nós verificamos pela voz do Senhor Presidente da Câmara, ditada pelo Presidente do Conselho dos Serviços Municipalizados de Aveiro, que a empresa está no bom sentido, está a recuperar e atingiu o equilíbrio. Atingido o equilíbrio não o consolida. E atribui-lhe todo um outro conjunto de tarefas às quais não estão dimensionados e necessita de mais 8 milhões e 100 mil euros para equilibrar os Serviços — que não estão estruturados!?

Quero eu crer (isto é uma questão de crença, não é uma questão de fé) a Câmara na minha apreciação funciona em termos de fé, tremendamente dogmática, e utiliza a capacidade gnóstica através do conhecimento e aprofundando outras condições para gerir melhor, gerando melhores condições para todos os munícipes. E porque utiliza muito esse dogma de fé, em que não aceita em que ninguém crente que não acredite nesse dogma lhe apresente alternativas. Tem sido sempre esse o problema. E é, quero eu crer, o que constitui o pecado venial deste executivo. Por isso mesmo proporia eu à Câmara que, no seu Plano relativamente ao SMAS, permitisse a sua consolidação de contas, pelo menos mais dois anos, e depois lhe atribuisse mais funções. E entretanto, e a todos estudos que lhe estão destinados e atribuídos, porque já verificaram que relativamente às Águas de Portugal a proposta é profundamente penalizadora

dos munícipes, que continuassem nessa senda porque é por aí. É a trabalhar e a estudar as matérias que nós criamos e consolidamos alguma possibilidade de melhorar.

No que concerne à Pista de Remo, meu caro Presidente de Junta, Casimiro Calafate, quero dizer-lhe que todas as suas preocupações para quem quer que seja, naturalmente não é para nenhum dos membros desta Assembleia. Porque não há nenhum aveirense que não queira ter um equipamento dessa ordem na sua região. Porque se constitui como investimento na prática desportiva de elevada qualidade que atrai para a zona lagunar e para o estuário do Vouga fortes possibilidade de crescimento turístico, desportivo e, portanto, enriquecedor da Região. Não há ninguém de bom-senso que porventura tenha opinião contrária. E já aqui foi manifestado, porventura alguns dos presentes não pode ou não soube realizar essas tarefas, mas os aveirenses sempre propugnaram por elas. Portanto as suas preocupações não encontram eco nesta câmara.

Para concluir. Nós estamos perante um Orçamento para 2008 — temos de o comparar com o Orçamento de 2007. As questões claras e objectivas são as seguintes: Senhor Presidente da Câmara qual foi a percentagem de execução do Orçamento de 2007 de 191 milhões de euros apresentado o ano passado? Qual pensa porventura irá ser a execução do Orçamento para 2008 de 181 milhões de euros? É que se bem creio e se ler os números, parece-me que estamos de facto a trabalhar na virtualidade. Este não é o Orçamento real da Câmara, mas sim um Orçamento virtual. Aveiro e os aveirenses têm de cair na realidade e tem de saber em cada tempo e cada momento o ponto de parar para repensar, estudar bem os problemas, para apresentar seriamente aquilo que tem de ser de facto feito. Disse.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) ⁰¹⁴

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰¹⁵

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento. ⁰¹⁶

“Foi dito aqui pelo colega Fernando Marques que reconhece que eu, presidente de Junta da Vera Cruz, seja o porta-voz das Juntas de Freguesia — e é verdade. Quem ouviu a minha intervenção, eu falei em nome da Junta de Freguesia da Vera Cruz, e de algumas coisas que disse, disse que era o sentir da maioria ou de todos os Presidente de Junta. E disse-o com a convicção com que o digo agora. Aquilo que eu digo (não sou hipócrita), disse-o aqui com lealdade, de frente (e posso até não ter razão), mas neste caso acho que até tenho razão. E basta que o meu colega Fernando, porque eu ouço a todos e muitas vezes pensam até que eu é que posso dizer as coisas, porque a minha postura aqui pode ser política mas é na defesa intransigente da Freguesia da Vera Cruz. E quando disse aquilo que disse, que era o sentir dos colegas, o meu colega Fernando que tenha aqui o sentir que teve (e que todos tiveram – uns mais que outros) eu já nem digo da reunião de Aradas, eu digo da reunião dos Presidentes de Junta na Glória. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰¹⁷

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁸

“Muito Obrigado. Estas GOP e este Orçamento são mais do mesmo!? Já desde alguns anos a esta parte temos vindo a dizer que se busca o endividamento sem se olhar ao equilíbrio financeiro que a autarquia merece. E se isto se pode dizer contra a Câmara Municipal, não é menos certo que quanto aos Serviços Municipalizados as especificidades que os mesmos obrigam levam a que os documentos apresentados indiciem um maior optimismo dentro da frieza e aproximação do rigor que transparecem. Aqui poder-se-ia tentar reduzir os custos em

fornecimentos e serviços externos, para que com o previsível aumento de proveitos o Orçamento melhorasse.

Mas voltando às GOP e ao Orçamento municipal, não é novidade nenhuma que o PCP ao longo dos anos tem afirmado que receitas inflacionadas, que se pretendem contrapor a despesas elevadas, só servem para aumentar a dívida. Sabemos que estas receitas estão criadas porque a soma de um lado e a soma do outro tem de ser igual. Por isso apreço novamente a receita de bens de investimento num montante de 19 milhões euros, e 55 milhões de rendas (indefinidas) que sabemos são receitas inatingíveis. Mas todos os anos andamos a dizer o mesmo. Aliás, antes dizíamos que deveria haver contenção nas despesas para que a situação financeira do município não entrasse em derrapagem. Fizeram ouvidos moucos e a situação foi dando no que deu — mas que era do conhecimento de todos. Tanto mais que foi fortemente aludida por todos. Depois justificou-se o pseudo garrote financeiro com a persistente dívida, sem que fossem tomadas medidas concretas para a reduzir tivessem sido tomadas, com o pretexto de se aguardar a auditoria.

Vemos que a auditoria disse no geral o que já se sabia, pois o que de rigor se esperava não conseguiu — tal as dificuldades que encontrou na análise documental. O executivo poucos meses depois da tomada de posse tinha por obrigação ter dado pela debilidade documental e pela necessidade urgente de enfrentar a dívida. Aliás, como o afirmámos num das primeiras Assembleia Municipais deste mandato. Mas não!? Preferiu manter a justificação para a inoperância, na falta de resultados da auditoria e na dívida criada anteriormente. Hoje temos um executivo perante um aumento substancial da dívida, sem soluções para a combater, e com a obrigação de ter de apresentar um Orçamento. Este devia ser um instrumento orientador e definidor de uma política a seguir que objectivasse a resolução da dívida — poderia e deveria. Mas não!? Sabendo que é impossível obterem-se receitas anuais superiores a 50 milhões de euros, e que as despesas já iam em Novembro deste ano em 51 milhões de euros (isto as correntes, porque depois há aquelas despesas que têm a ver com os compromissos e que nesta altura já ultrapassavam os 30 milhões de euros). Como se pode contribuir para elaborar um Orçamento em que se ignora este pensamento básico e se continua impávido e sereno para a mesma situação, originado obrigatoriamente mais aumento de dívida?

Por isto, dizemos que isto é mais do mesmo, e não podemos estar de modo algum de acordo. Muito obrigado.”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Senhora Presidente, dada a serenidade com que está a correr esta assembleia apenas vou focar dois ou três pontos. Em primeiro lugar para me dirigir ao Senhor Presidente de Junta de Cacia, Senhor Calafate, que alegou que haviam pessoas que estavam contra a Pista de Remo. Eu penso que isso devem ser boatos e muito menos acredito que nesta assembleia, desde a Câmara até às bancadas dos partidos, que não gostem ou não gostariam de ter a Pista de Remo.

Depois refiro-me às palavras do deputado Carlos Martins, pessoa que estimo, mas que falou em tudo menos de economia — e aproveitou para dar uma picadas no Partido Socialista! É interessante que o amigo Carlos Martins se esqueça o que fez o Bagão Félix quando esteve no Governo. Que depauperou o fundo de pensões da Caixa Geral de Depósitos para mentir aos portugueses. Depois que se esqueça também o fez a Manuel Ferreira Leite, que se esqueça o que fez o Paulo Portas e o que fez o Santana Lopes. Fizeram uma política errada, uma política que estava a degradar o país, que estava a degradar cada um dos portugueses.

Depois sou solidária com a minha camarada Romana, porque efectivamente é uma das freguesias que dá mais trabalho e que toda a gente reconhece que tem ali uma mistura de parte urbana, parte rústica e parte industrial, e que se vê aflita para cumprir com as suas obrigações

e com as funções em que está investida. Não se compreende que a Câmara fazendo portanto uma delegação de poderes e impor os preços. O Senhor Presidente deve compreender, tem experiência disso, que os preços que faz para passeios não chegam de maneira nenhuma. Portanto eu apelo a que efectivamente veja a freguesia, meça o trabalho que aquela freguesia dá, as despesas que têm e que compreenda.

O Senhor Presidente Fernandes Marques atacou aqui o João Barbosa, mas tem de compreender Senhor Fernando Marques que o João Barbosa é o porta-voz do PSD, do CDS, dos Socialistas, da Câmara e até se for preciso do governo. O João Barbosa não tem “papas” na língua — e aquilo que pensa diz. Sem intenção de protagonismo, mas é uma pessoa que fala sem intenções de ferir seja quem for. E é só, não tenho mais a dizer.”

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [200](#)

“Entre para esta Assembleia há uns dois anos a ouvir falar exactamente de Orçamentos mais ou menos malucos, com receitas que não existiam, despesas demasiadas, etc. Uma parte das pessoas que diziam isso dos Orçamentos anteriores, estão agora no executivo como é óbvio, e portanto, é uma canção que eu tenho muita dificuldade em aguentar muito tempo. Não tenho facilidade em viver com ela. Mas não é rigorosamente isso que me preocupa e que me perturba. É isso que deixa perplexo, mas nós aparentemente estamos habituados. O mesmo argumento que há agora para Orçamentos grandes, foi o argumento apresentado na altura e da mesma maneira. Era por imposições legais, era necessário incorporar a dívida, todos os argumentos nessa altura eram exactamente os mesmos. Vamos ser claros então. Provavelmente há alguma coisa que se nos escapou sempre. Nós precisamos de incorporar a dívida sempre nos Orçamentos, precisamos de fazer mexer o capital e nessa altura acrescentava-se a ideia de que quanto mais capital houvesse em movimento, mais possibilidade tínhamos de recurso ao crédito. Dá ideia portanto, de que não é completamente verdade que as pessoas em termos de operações financeiras tenham tanta intenção de controlar completamente a dívida e controlar os movimentos de capitais mesmo que eles sejam espúrios e não sejam para utilizar em termos de execução orçamental, porque daí depende um bocado a sobrevivência da nossa sociedade.

É portanto um problema que a mim me perturba porque estou fora desse mundo de certa maneira. E estou em principio sempre perplexo porque isso não para de aumentar. É como se fosse uma espécie de carrossel russo — eu lamento muito que assim seja. É claro que para mim o que é importante dizer é assim: eu estou completamente de acordo e solidário com as grandes iniciativas, por exemplo com a Pista de Remo. Nem só por razões desportivas, até por razões mais agrícolas, mais de controle ambiental, mais em defesa do ambiente, etc. É verdade que eu estou totalmente de acordo com escolas de excelência, escolas boas em Aveiro para toda a gente. O que eu acho lamentável é que existam escolas completamente degradadas, que não tenham um mínimo de condições de higiene, e dá impressão que quanto mais pequenos somos piores são as nossas condições. Por exemplo se compararmos uma escola secundária com uma universidade percebemos bem que há cidadãos de primeira e de segunda e que os mais novos são de segunda. Portanto eu sou adepto que se faça um grande esforço para melhorar as escolas. Dito de outra maneira: eu estou de acordo com uma boa parte das coisas aparentemente. Porque como toda a gente sabe eu não estou de acordo, nem posso estar por tudo o que já disse aqui. Portanto não estou de acordo com Grandes Opções do Plano, para uma Carta Educativa de excelência, se isso se basear numa entrega a privados aquilo que é do Estado. É verdade que todos nós dizemos que há por exemplo desinvestimento por parte do governo na Saúde, e depois, muito rapidamente fazemos o mesmo em cada um dos sítios! É verdade que nós damos competências e dizemos que não temos meios quando nos são transferidas competências. Sempre que há aqui um jogo de passar competências há quem diga: passaram as competências, mas não passaram o dinheiro. Quer dizer, é como se todos nós

funcionássemos da mesma maneira, sempre de cima para baixo, como se estivéssemos numa situação de castigo. Estou também de acordo e é normal com a letra de que nós temos de nos preocupar mais com as Opções do Plano. Mas vamos ser claros, eu não posso (e quem me dera a mim não ter razão) estar de acordo com as Opções do Plano se elas são coisas como a “Via Panorâmica entre Aveiro e Ílhavo” e que eu já aqui contrariem porque sou conservacionista, é verdade que eu sou a favor das escolas, mas não sou a favor a qualquer custo e nem aceito que haja desresponsabilização da parte do Estado ou das Autarquias, e que atire para canto e nem acredito que se esteja a adiar as escolas de excelência por muito anos e que se esteja a fazer alguma coisa que possa ser muito prejudicial. Eu devo dizer, não podendo estar de acordo por razões óbvias e razões de política, quem me dera a mim que me engane nomeadamente nas escolas, quem me dera a mim que seja um engano meu. Quem me dera a mim que a via panorâmica não se transforme naquilo que acho que se vai transformar. Mas eu não posso estar de acordo com essas opções políticas. Não há nenhuma luta. Eu não concordo com isso porque penso de outra maneira. O Bloco de Esquerda, representado por mim, pensa de outra maneira. A respeito de ambiente temos certos tipos de problemas, a respeito de capital financeiro temos certas perspectivas, a respeito das parcerias público privadas temos certo tipo de perspectivas, e é por isso e não por outra razão qualquer que não posso estar de acordo, que não posso estar de acordo com as Grandes Opções do Plano, e porque não defendo nenhuma quebra de financiamento a sectores tão importantes como Educação, Saúde, e como a defesa do Ambiente. Concordo com as iniciativas, a forma como elas estão previstas, gizadas para serem feitas, creio que as leva a coisas que podem ser piores. E a minha confissão é de que gostaria de estar enganado. E tenho muito medo e há medida em vou avançando e que estou aqui em Aveiro (há dias até descobri coisas aqui neste edifício que foram pagas e não foram realizadas, por certo tipo de parcerias) eu começo a estar muito descrente. Porque eu não aceito manter-me iludido perante mais coisas. Também não aceito que pensem que penso uma coisa num dia e depois quando me apresentam um documento o aprobe estando ele está nos pressupostos antagónicos àquilo que eu defendi antes. E eu defendi coisas antagónicas até agora. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [01](#)

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) [02](#)

“Gostava de dizer algumas palavras sobre o Plano de Investimento apresentado pelos Serviços. É de facto de relevar e de registar o que está apresentado e a informação aqui proferida e por nós constatada, de que efectivamente esta empresa municipal atingiu equilíbrio em 2007 e a sua sustentabilidade está assegurada. Entendemos que, também a Câmara neste item e na proposta de actividades para o próximo ano, na transferência do capital necessário para a área de ambiente no concelho está correcta. Porquanto (e é isto que gosto de relevar) entendendo que há uma garantia por parte de desenvolvimento de trabalho e de responsabilidade de acção por parte dos Serviços. E num serviço tão delicado quanto o ambiente em Aveiro e no concelho, que de facto isto seja transferido logo porque de facto está a entregar a uma empresa que está com capacidade de gestão e em qualidade em termos de qualidade e em termos também de quantidade de trabalho apresentado. Portanto, a nossa visão e a do PSD é um bocado diferente da visão do Partido Socialista pela voz do Dr. António Rodrigues, mas com todo respeito pela sua opinião, parece-nos ser coerente e razoável esta deliberação e esta proposta presente nas Opções do Plano.

Depois referir-me ao Orçamento. Não vale a pena nós virmos aqui referir princípios de como deveria ser ou como não deveria ser. Todos nós entendemos que o óptimo seria nós não termos de recorrer a expedientes (se quiser assim) para apresentar um Orçamento. Porque é a própria lei e nós não podemos forçar mais do que decorre da própria lei. Foi aqui dito (e não vale a pena discutir mais isso) que os débitos de gestões municipais anteriores têm de ser plasmados,

tem de ser contemplados nos Orçamentos seguintes. Portanto o valor da dívida tem de estar aqui plasmado. E todos sabemos também, tal como disse o Dr. Arsélio Martins, entre a receita e a despesa tem que a dívida dar zero. Tem de dar zero! Sou forçado a colocar uma despesa de que não sou responsável — isso traz uma obrigação que é colocar uma receita que por minha vontade não o faria.

De qualquer forma permitam-me Senhora Presidente, Senhores Deputados, que refira um aspecto que talvez mereça reflexão. Nós estamos aqui a discutir a inflação em termos orçamentais e eu entendo que este Orçamento é dos mais realistas que até hoje esteve nesta câmara. Efectivamente, nós sabemos a receita anda na ordem dos 40, 50 milhões (receitas reais da Câmara Municipal). E está aqui dito que, em termos do projecto, quais sejam a alienação do próprio património municipal, em parcerias público privadas (em seu tempo estaremos aqui a criticar, aonde, como, e de que forma), está aqui dito que em termos renda será de venda de terrenos e de alienação de património municipal, transferências de empresa municipais, está previsto uma verba de 55 milhões. Todos nós sabemos e foi aprovado aqui, que foi solicitado para empréstimo e pagamento de dívidas a curto prazo, aguardando efectivamente o parecer final do Tribunal de Contas, 55 milhões de euros. Estamos a falar em 110 milhões. Com mais 50 milhões estamos a falar de 165 milhões. Está aqui referido em termos de fundos comunitários 15 milhões e 700 mil. Portanto Senhora Presidente Senhores deputados, julgo que o debate de tanto escândalo, a não ser que efectivamente seja um escândalo farisaico, tudo o que aqui está a ser dito tem razoabilidade, é compreensível, e seria talvez uma falta de qualidade deste executivo não estar a apresentar o Orçamento que aqui traz. Isto quer dizer, para terminar, que da parte do Partido Social-Democrata, felicitamos o executivo porque é um Orçamento transparente, um Orçamento que nos fala da verdade dos números, da verdade dos factos. Um Orçamento que nos obriga a todos e aqui incluo o Partido Socialista, porque no seu voto favorável que deu para a contracção do empréstimo para pagamento de dívidas a curto prazo, às Juntas de Freguesia, e aos pequenos ou grandes investidores que há muitos meses estão sem receber o seu. E portanto, é justo que se coloque aqui o Partido Socialista neste bolo de disponibilidades para solucionar os problemas de Aveiro e eu julgo que pela primeira vez este Orçamento é um Orçamento responsável. Da nossa parte apenas nos resta dizer nesta Assembleia: que desejamos firmemente que o empréstimo obtenha o visto do Tribunal de Contas e venha o mais rápido possível, que as negociações possam ir a bom termo, porque podemos desta forma e com este principio vir a escandalizar o país e as más consciências de que efectivamente em Aveiro houve uma equipa de jovens, de gente que foi torpedeada e amesquinhada na praça pública, mas que foi capaz (se as coisas vierem), vai ser capaz de solucionar o problema de Aveiro, para escândalo e vergonha de muita gente. Disse.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: ¹²³

“Senhor Deputado Rocha de Almeida, entende V. Exa. que é avisado, que é prudente, encontrar uma empresa que está deficitária ao longo do tempo, que reequilibra as contas ou está em vias de reequilibrar, não tem contas ainda por essa forma consolidadas sustentadamente, a pôr-lhe novas responsabilidades por forma a que se desequilibre de novo o seu funcionamento? O mesmo é dizer: garantir a sua credibilidade. Essa é a questão.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) ¹²⁴

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ¹²⁵

“Senhor Presidente, Senhores deputados, face ao documento que nos foi presente podemos dizer que não há grandes Opções ou se as há a informação disponibilizada não nos permite dizer que o são — ou ainda mais importante, se são as melhores.

Efectivamente a informação que nos foi disponibilizada traz-nos algumas nuvens. Conta do documento algum valor que diga respeito Ao assunto que tem dominado nos últimos tempos, ou seja à dívida do Beira-Mar?

Há também uma verba de receitas de 55 milhões que diz respeito a um possível negócio de concessão dos SMAS!? Como é que este valor foi estimado? Defende-se a concessão dos Serviços? Parece-me que não. Mas se for esse o caminho será possível na mesma realizar na mesma os 55 milhões? Com efeito a zona do realizável é muito cinzenta. Porque se juntarmos a este valor o valor de venda que se prevê para as transacções de terrenos e outros bens de investimentos, ficamos apenas a 41% do valor total do Orçamento. Portanto tudo isto está em zona de duvidosa realização.

Quanto à exposição efectuada relativamente aos Serviços Municipalizados, realço e recebi de forma positiva a linguagem do senhor Presidente do Conselho de Administração onde referenciou acções de valor, de inovação, de realização, de recursos humanos e sustentabilidade dos serviços. Linguagem que também gostaríamos de ver utilizada na gestão do município, já que há muitos anos vem sendo realçada esta questão do município em relação aos SMAS e gostaríamos de ver todos esta distância qualitativa em termos de gestão diminuída. Ainda voltando à questão da opção que poderá vir a ser tomada nesta questão dos SMAS, seria importante que nos pudesse dizer como é que estes 55 milhões foram estimados. Foram as propostas da ADP que referia este valor ou foram também estudos da Câmara sobre o assunto? Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes)

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰²⁶

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁷

“Vou começar por falar dum assunto que já foi aqui abordado e que é o do empréstimo. Também eu, também nós, desejamos profundamente e ardentemente, que o empréstimo de saneamento financeiro seja aprovado. Também nós temos feito tudo o possível, para que ele seja aprovado embora saibamos que, da estrita aplicação da lei o impede de o ser. Mas está-se a tentar também que de todas as formas seja aprovado. Mas gostava de dizer Rocha Almeida, com toda a sinceridade, são documentos como é este que nos é hoje aqui apresentado, que fazem perigar esse empréstimo. E sem o empréstimo, no meu entender, ou a necessidade de ir para um empréstimo de reequilíbrio financeiro, a nossa Câmara deixa de existir. Deixa de existir enquanto organismo autónomo financeiramente.

E repare, este Orçamento é um Orçamento equilibrado como disse o seu colega de bancada, mas apenas no estrito sentido de que as receitas são iguais às despesas. Porque como muito bem disse o Carlos Martins, é um Orçamento profundamente desequilibrado e que espelha um défice profundo.

E repare, como é que é possível defender um empréstimo para saneamento financeiro, que visa resolver um problema conjuntural, quando o próprio Orçamento que nos é apresentado na sequência desse empréstimo revela tão profundo défice estrutural!?

Já disse aqui por várias vezes que alguns documentos são feitos com alguma ligeireza. E este é um deles! Desculpem dizê-lo. Vocês sabem que sou pessoa de não dizer aquilo que penso. E acho que este documento pode ser um documento que pode ser extremamente gravoso no nosso desejo comum de que o empréstimo de 55 milhões euros seja aprovado.

Outro sim. Deveriam relevar a existência de um superávit no ano que vem. Vejam como Lisboa preparou os documentos. Deveriam relevar os resultados positivos das célebres 29 medidas do Plano de reestruturação financeira tão pomposamente e com tanta pompa e circunstância foi

apresentado e que tantos resultados iria apresentar — mas não o faz. É pena. Porque podem dizer, mas isso era uma mentira. Então este Orçamento não é uma mentira? Alguém aqui se acredita que este Orçamento seja para cumprir? Mais, o Dr. Pedro Ferreira que me desculpe. Ele sabe que nutro por ele um especial carinho. Mas a postura com que apresentou aqui este Orçamento não foi a mesma com que apresentou o ano passado. Não teve a dignidade do ano passado. Não teve a seriedade política do ano passado. O ano passado o Senhor disse-nos: olhem eu vou apresentar um Orçamento de 191 milhões de euros mas atenção que isto é tudo treta. O nosso Orçamento são 60 milhões dos quais se vai cumprir 50 milhões. Mas essa é uma postura séria. E os políticos devem ser sérios. Não por apresentar um Orçamento de 180 milhões que é mais importante ou faz melhor ao concelho do que apresentar um de 60 milhões.

Hoje, repetindo essa postura do passado, o Senhor deveria dizer assim: olhem, o nosso Orçamento para o ano é de 55 ou 60 milhões de euros — a gente compreendia isso. A forma como apresentou, deixe que lhe diga, não é séria. Mais, acho que se estão a descurar algumas coisas importantes. Por exemplo (há dois anos), como é que está o inventário patrimonial do município? Como é que ele é reflectido nestes valores.

Vai-me dizer: mas nunca o fizeram no passado e agora estão a pedir. Sei que o vão dizer. Olhem, mas eu quero descer a esse nível para fazer política, porque não quero descer ao nível do Dr. Manuel Coimbra a discutir política — não posso, recuso-me a descer.

Agora, Senhor Dr., por exemplo, há um ano que saiu uma lei que o senhor utilizou para fazer um pedido de empréstimo de saneamento financeiro, no artigo 40, diz lá mais para a frente, para os artigo 45, que o município tem de ter um auditor externo. Esse auditor externo tem de auditar as contas do ano passado. Mas o auditor que tem de auditar permanentemente as contas é nomeado pela Assembleia Municipal, sobre proposta do executivo. O senhor Dr., par aquando? São coisas como isso que fazem a diferença. Isso é uma prova de desleixo. Nem sei como é que hei-de dizer porque, enfim, é complicado eu dizê-lo. Não queria ofender ninguém, mas política é política, mas mesmo assim não quero ofender ninguém. Mas de facto, um ano, para propor um Revisor de Contas, para fazer auditoria externa da Câmara, é um bocado de tempo.

Quanto às prioridades deste Orçamento eu acho que (não quero aprofundar isso, porque daria uma discussão muito grande) mas mais uma vez está-se a fazer a festa com investimentos de segunda linha, quando os de primeira linha estão a ser deixados para trás. E é pena. Não quero gastar mais cera com este Orçamento. E digo-lhes sinceramente: o meu sentimento é um sentimento de profunda decepção. E mais não digo.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [028](#)

“Senhora Presidente, muito obrigado. Apenas aqui debaixo lá para cima para a douta sabedoria. É que eu estava à espera que depois desta introdução que houvesse uma concretização. Que esta aula desse realmente alguns frutos, alguns ensinamentos e que não ficasse só por uma teoria. Afinal, como é que é? Dá só a introdução? Então diz que tem um défice estrutural, mas depois não dá nenhum exemplo onde é que está o défice estrutural!? Diz que não estão discriminadas as diferentes medidas quando tinha já sido explicado anteriormente que as medidas estavam envolvidas nas diferentes iniciativas. Diz que o Orçamento não é para cumprir e depois não justifica porque é que o Orçamento não é para cumprir. São estas três perguntinhas que se o senhor Professor, Doutor, quiser explicar aos ignorantes cá debaixo, fazia favor de nos esclarecer. Obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [029](#)

“Muito, rapidamente, para dizer que explicar, posso explicar, não tenho é o dom é dar inteligência às pessoas para poderem perceber aquilo que eu explico.”

Presidente da Mesa

“Eu agradecia que as intervenções neste plenário, fossem no mínimo respeitosas.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³⁰

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³¹

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³³

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰³⁴

Presidente da Câmara ⁰³⁵

“Na distribuição prévia que fizemos aqui para tentar prestar os esclarecimentos, cabe além de outros de responder ao Senhor Presidente da Vera Cruz. Primeiro saudar o facto de estar aqui hoje, porque não estive na última, pôs questões e foi-se embora, quando chegou a altura de lhe prestar alguns esclarecimentos não estava cá.

Fez quatro afirmações que penso que devem ser analisadas e amadurecidas que foram aqui proferidas por si. Na primeira diz que na elaboração das GOP para 2008, foram impostos valores às Juntas e conclui brilhantemente que nos últimos quinze anos isto nunca aconteceu.

Outra afirmação foi que no âmbito da delegação de competências houve uma redução do dinheiro para as Juntas. Informaram-se até que estimava esse valor em cerca de 60%.

A terceira afirmação era que os duodécimos iriam ser retirados em 2008 às Juntas de Freguesia. Quarta afirmação foi que (também de forma brilhante como tinha começado) as Juntas nunca foram tão mal tratadas. Vamos aqui à análise das quatro situações uma a uma para ver isto.

Quanto à primeira, que nunca terão sido impostos valores às Juntas. Como o Senhor sabe eu também foi Presidente de Junta durante muitos anos. Portanto tenho conhecimento exactamente à par daquele conhecimento de que o Senhor tem. E deste processo de nunca terem sido impostos valores às Juntas tem aí uma falha de memória muito grande. O Senhor recorda-se (e se não se recorda eu recorro) que nos últimos dois mandatos e especialmente no último mandato, as Juntas de Freguesia tinham uma reunião por ano com a Câmara Municipal que era exactamente para apresentação das GOP. A reunião era marcada para as onze, onze e meia da manhã, a reunião começava depois meia hora depois, era já próximo do meio-dia, naturalmente passada uma hora todos estávamos já ansiosos por ir embora. Recordar-se também que o documento não saía da mão da pessoa que o apresentava. Recordar-se também que (pelo menos em muitos casos – eu passei por ele) se dizia assim: como já é tarde, apresentem sugestões hoje durante a tarde ou amanhã durante a manhã, tragam cá as sugestões até amanhã como data limite – e eu como outros colegas ao outro dia fomos levar as propostas e quando as íamos entregar recebíamos as informações dos técnicos que o Plano estava aprovado já no dia anterior à tarde em reunião de Câmara. Revela aqui alguma falat de memória – pois isto revela não ser impor nada!

Quanto à segunda questão no âmbito da delegação de competências – uma redução do dinheiro para as Juntas. Foi isso que foi dito e que foi corroborado também pela Senhora Presidente de Freguesia de Esgueira (que estava desiludida especialmente na delegação de competências) foi isso que eu ouvi. Vamos então aos factos. Valores das delegações de competências nas GOP de 2007 e GOP 2008. Em 2007, para a Vera Cruz 10.840 euros; valor inscrito para 2008, 28.150 euros – são mais 17.000 euros na delegação de competências, isto é um aumento de 140%. Total das catorze Juntas de Freguesia, valor inscrito nas GOP 2007, 523 mil e valor inscrito para 2008 598 mil euros – 75 mil euros de aumento. Curiosamente, já agora referir Esgueira: para 2007 tem 51.910 euros e para 2008 tem 73.150 euros; tem mais 21.240 euros. Isto em

termos de delegação de competências, só estas duas Juntas que curiosamente aqui levantaram a questão, ambas têm mais quase 40 mil euros de aumento. Os factos estão nos documentos, nos papéis, que têm em vossa posse, em termos de totais, são estes valores que estão.

Quanto aos duodécimos ir serem retirados em 2008 às Juntas. Há uma diferença muito grande em retirar e serem substituídos — e o Senhor sabe. Eles vão ser substituídos num programa que vai ser criado. Portanto não é anulado este valor, ele é substituído. Portanto não é no sentido de anular o que temos é uma alteração que em vez de termos duodécimos temos programas e porquê? Por algumas razões, uma delas tem a ver com questões legais. Há quem tenha muitas dúvidas jurídicas que seja possível à Câmara transferir directamente dinheiro seja para quem for que não seja para um programa definido a que esse se destina. Há muitas dúvidas sobre isso. E como forma de acautelar e sanar essas dúvidas legais que se colocam e das quais todos poderíamos ter problemas, é-nos muito mais seguro fazer essa opção.

Última afirmação, as Juntas nunca foram tão mal tratadas. Se dissesse que as Juntas não estão a ser respeitadas tanto quanto nós desejávamos, nós sonhávamos, nós queríamos, é verdade. Nós próprios ainda estamos longe de apoio que deveríamos dar às Juntas. Eu penso que devem conhecer as razões que nos têm impossibilitado que nos têm dificultado actuar da forma que nós pretendíamos. Mas daí até dizer que as Juntas nunca foram tão mal tratadas... vai a diferença que vai entre o bom-senso e o disparate — exactamente a mesma diferença. É verdade que temos atrasos com as Juntas, mas também é verdade que nos comparamos com a Câmara anterior fica muito felizes. Eu recorde uma reunião em Abril de 2005 em Eixo, nós na altura, porque a Câmara não ia a reuniões das Juntas, não descia a esse nível, inicialmente até tínhamos delegações para ir transmitir à Câmara o que tínhamos decidido, mas nessa reunião um dos pedidos que fizemos à Câmara era para nos pagar os 12 meses do FEF de 2004 — já estávamos em Abril de 2005. E mais, quanto ao respeito. Sabe quantas reuniões formais no último mandato a Câmara teve com as Juntas — eu recorde-me de apenas quatro, a tais às onze e meia. Nós em dois anos já vamos em 20 reuniões formais com as Juntas. Mas há mais quanto ao respeito. O respeito vê-se também no apoio que se dá às Juntas em termos materiais. Nos documentos que tem em sua posse está que a Câmara deu em 2003 em materiais 82 mil euros às Juntas, em 2004 deu 44 mil euros, em 2005 deu 27.000 euros, quer dizer, nesta tendência decrescente em três anos deu 154 mil euros de materiais às Juntas. Quero dizer que quando viera aqui o relatório de contas vai ver que o valor só num ano de materiais para as Juntas ultrapassou os 200 mil euros. Mas já vos macei demasiado, mas há outra coisa que não percebo. Nós temos reuniões mensais com as Juntas de Freguesia. E todos os Presidentes de Junta, com elevação, aproveitam essas reuniões para porem lá os seus assuntos. Todos colocam lá os seus assuntos. Eu não percebo como é que tendo estas reuniões mensais o Senhor Presidente da Vera Cruz não coloca essas questões nas reuniões que temos mensalmente e as venha colocar aqui!? É verdade que nessas reuniões elas são privadas, não estão os jornalistas, não há título jornalístico, mas eu não acredito também que o senhor tenha essa postura apenas com esse objectivo. Agora, não me parece correcto, nós estarmos aqui a responder-lhe a si em todas as assembleia e não respondermos aos doze presidentes que por respeito à própria assembleia colocam esses assuntos no lugar próprio que é essa reunião que temos com os presidentes de Juntas. E portanto dizer-lhe assim: Vera Cruz precisa de um Presidente de mangas arregaçadas e não de mãos nos bolsos Senhor João Barbosa. Mexa-se, deixe-se de ser o correio ineficaz que se limita a receber as coisas das pessoas e levá-las à Câmara. Eu foi Presidente de Junta e estive no terreno, trabalhe, esforce-se, e lute. E se não souber como deve fazer tem aqui doze Presidentes de Junta, olhe para eles e para o exemplo deles. Aveiro e a Vera Cruz ganhavam muito com isso. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴³⁷

“Começo por responder ao Senhor Presidente da Câmara. E Senhor sabe bem que já nos conhecemos bem como Presidentes de Junta e o Senhor sabe bem que eu conheço os métodos das ameaças. E comigo não vamos por ameaças — e vou-lhe responder ponto a ponto. Nas Delegações de Competências deixemo-nos de demagogia. É uma verdade que deram mais dinheiro, mas nós falámos em metro quadrado, não é no valor total. Porque aquilo que os senhores deram por metro quadrado não são os valores que os Presidentes de Junta apresentaram e que são os valores correntes e dados pelos técnicos da Câmara. E eu quando me referi aqui não me referi ao aspecto geral da Câmara, dos Vereadores da Câmara e do Senhor Presidente da Câmara. Eu dei um elogio ao tratamento do Senhor Vice-Presidente da Câmara. E quero dizer-lhe mais. Aquilo que disse e continuo a dizer foi sempre do desagrado dos últimos tempos dos Presidentes de Junta. Continuo a dizê-lo. E vou dizer mais: o Senhor sabe muito bem que quando fala “antigamente” havia o antigamente. E é uma verdade que o Presidente da Câmara anterior nos recebia e depois apresentava as situações já programadas e decididas, só que eu falei aqui dos duodécimos. Quanto ao dinheiro para os duodécimos estamos conversados. Porque eu disse e referi-me ao Prof. Celso Santos, e ele veio ali fora e disse-me “o senhor tem boa memória”. Porque os duodécimos foram feitos e foram dados na altura para apoio administrativo (pode hoje não ser legal).

Quanto às Juntas serem maltratadas. O Senhor fala nas Juntas. Ó Senhor Presidente da Câmara, eu não vou fazer lembra-lhe a última reunião da Glória em que todos os Presidentes estavam à espera do Senhor Vereador Pedro Ferreira e do Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Carlos Santos com muita humildade a ouvir ali toda a manhã os Presidentes de Junta e com muito telefonemas, aconteceu o que aconteceu. Portanto aquilo que eu digo enquanto as freguesias estão a ser maltratadas, continuo a dizer-lhe, têm sido maltratadas em termos de consideração. E se o Senhor quer que eu lembre-lhe e posso dizer aqui, e o senhor fala na consideração que nunca esteve em questão, eu vou citar-lhe isto: a Junta de Freguesia da Vera Cruz fez a Feira das Cebolas, o Presidente da Junta foi convidá-lo pessoalmente, e o senhor teve a consideração (não é pelo Presidente de Junta é pela Junta de Freguesia. O Senhor foi convidado, agradeceu, passou às três e meia da tarde, estava a festa no auge, passou pelo recinto de automóvel, olhou e não parou. Isto não é consideração.

Agora, não me alongo mais porque os senhores defendem aquilo que têm a defender. O Senhor fala aqui e se calhar não gosta. E eu já fui assim um bocado chamado à atenção. O Senhor não gosta de que se fale aqui. Mas o Senhor se se lembrar do último mandato, eu já falo aqui e sempre falei. Mas o senhor no último mandato nunca cá esteve portanto não se lembra se eu falava ou se não falava, mas esta é uma realidade. Mas o Senhor conhece-me muito bem. Eu falei sempre em nome dos outros. Eu não falo política por política. Eu falo aquilo que sinto. E se o senhor achar que está mal diga-me que está mal. Mas gora, eu não ameaçado para estar calado. E agora quero dizer-lhe: o Senhor foi Presidente de Junta de São Bernardo. Foi Presidente, teve a eleição do povo, o povo é quem vota. O povo gostou sempre da sua actuação, do seu mandato. É uma verdade que o Senhor foi Presidente de Junta dezasseis anos da freguesia mais pequena do concelho de Aveiro. Eu sou Presidente de Junta, vou fazer os dezasseis anos, da segunda maior freguesia. E não quero por aqui comparações da actuação de Presidentes de Junta, se trabalham bem se trabalham mal. A população é que sabe aquilo que lhes interessa. E eu vou ao encontro daquilo que a população quer e deseja.

Quanto ao andar de mangas arregaçadas, quero dizer-lhe que eu sou um Presidente de Junta que por acaso não ando com as mãos nos bolsos — porque as minhas mãos já são quentes cá fora. E o que eu quero dizer-lhe é que não é o Senhor que me vem agora a mim dizer que eu sou um mau Presidente de Junta — o que lhe fica mal. Eu não me interessa aquilo que os políticos

dizem. A mim interessa-me o sentimento da população. E aí, quando a população não quiser, diz-me e manda-me embora. Mas quero dizer-lhe, fica-lhe muito mal isso. Porque a mim nem me aquece nem me arrefece. Vou continuar a ser o mesmo e Vou dizer-lhe mais. Enquanto a Câmara quiser eu apoio a Câmara e ajudo. Quando não quiser continua na mesma. Agora o que lhe digo é uma coisa. Eu não exijo dinheiro à Câmara porque sei que não tem. Aquilo que exijo e sempre exigi é consideração e respeito. Se a quiserem ter tem, se não a quiserem ter não tem. E já agora vou-lhe dizer, aquilo que gastaram na Freguesia da Vera Cruz, não deram à Junta de Freguesia da Vera Cruz. Foram obras feitas pela Câmara dentro das suas competências. E continuo a dizer, a atitude do Senhor Vereador tem sido correcta e de interesse das freguesias. Também quero dizer que fica-lhes muito mal mandar o meu colega Fernando da Glória dar o recado. O que é verdade é que nós sabemos como se passam as coisas. E os senhores numa atitude política têm de ouvir aquilo que se diz. Não vos agrada? Pois olhe, digo-lhe uma coisa, não retiro uma palavra, porque foi o meu sentir e foi aquilo que os senhores fizeram. Quando nos apresentaram as GOP em Santa Joana o Senhor ouviu o que as Juntas de Freguesia disseram, ouviu o Vereador Pedro Ferreira a dizer o que tinha a dizer, levantou-se e foi-se embora — e ficámos todos à espera de uma outra situação. Foi-se em seguida para Aradas, o Senhor sabe bem o que aconteceu em Aradas e depois sabe o que não aconteceu na Glória. Mas de tudo o que aconteceu naturalmente o Senhor tem de se defender, eu digo-lhe já: como Presidente de Junta antigo que era uma imagem da coisa boa dos presidentes de junta, Senhor Dr. Élio Maia, eu perdoo-lhe. E sei que o Senhor disse isso mas não é isso aquilo que o Senhor pensa. Porque o Senhor vê na minha imagem um bom Presidente de Junta. Obrigado, Senhora Presidente.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [138](#)

“Meu prezado amigo João Barbosa. Conhecemo-nos há muitos anos. Há respeito mútuo. Mas sinceramente o Senhor ultimamente tem falhado algumas vezes. O Senhor foi infeliz Senhor João Barbosa. Foi infeliz nessa sua última observação. Se na primeira entendi que não houve intencionalidade naquilo que disse, o mesmo já não penso desta afirmação que fez. Eu, Fernando Marques, um dos mais idosos desta casa e com alguma experiência também política não precisei nem aceitei até hoje que me desse indicações do que devo fazer ou dizer. O que eu disse foi em nome das Juntas de Freguesia que sentiram algum desconforto pelas suas palavras. São da minha responsabilidade, sou responsável pelo que disse, não precisei, nem ninguém me disse para me pronunciar a respeito da situação. Portanto amigo João Barbosa, esta é a verdade. Assumo aquilo que disse da minha inteira responsabilidade em defesa dos Presidentes de Junta que se sentiram indignados e desconfortados com aquilo que o Senhor disse na Assembleia Municipal e numa entrevista que vem hoje no jornal.

Portanto amigo João Barbosa, está sempre a tempo, não precisa de pedir desculpa, mas da próxima vez tenha mais um bocadinho de cuidado com aquilo que diz, o que nos deixa realmente incomodados.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [139](#)

“Senhora Presidente, esta intervenção do meu amigo Fernando não me considero ofendido. Porque (ouvem-se vozes). Eu vou responder. Se ele se sente desonrado ou vou dar-lhe uma máquina de costura.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [140](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente. Eu quero dirigir-me tanto ao Senhor Vereador Pedro Ferreira como ao Senhor Presidente da Câmara. Eu realmente também estou um bocado

saturada de tudo o que digo, tudo o que faço, é para fazer política. Quando fiz a minha intervenção (e o senhor Vereador sabe muito bem certamente ao que me referi) e realmente a Junta de Freguesia vai receber mais porque foi considerado a medição que já tinha sido dada no ano passado, a nova medição das valetas. O senhor Vereador sabe que há uma grande diferença que vem realmente daí. E também porque foi dito às Juntas que estipulassem quantos metros quadrados iam fazer de passeios. E que só depois de os fazerem é que a Câmara os pagaria. Só que eu discordo e continuo a discordar (e não estou a fazer política, estou a falar sinceramente, embora se calhar o Senhor Vereador pense que eu não estou a ser sincera quando estou a falar). Eu digo é impossível. Todos os orçamentos que nós pedimos e o senhor Presidente sabe disso, não é possível fazê-lo a 9.55€ metro quadrado. Que me digam que nós vamos receber mais e que umas coisas vão dar para as outras, pode ser.

Assim como os espaços verdes. Nós não demos a pateira de Taboeira, que também precisa de ser limpa e pode ser considerada um espaço verde — conseguiríamos mais dinheiro assim se fizéssemos batota. Mas não fizemos. Demos os espaços verdes em que fazíamos o trabalho neles. Que não é apenas uma vez por ano, nem duas, nem três. E esse dinheiro, quanto a nós, não é possível o espaço verde ser feito por aquele dinheiro o metro quadrado. Se avaria eu expressor se avaria qualquer coisa com que dinheiro se vai consertar. Eu quando estou a dizer isto, não estou a dizer isto para fazer política. Eu estou a dizer isto em prol da minha freguesia. Eu estou na minha freguesia pelas pessoas, não estou de mãos nos bolsos nem de mangas arregaçadas. Também me foi dito que eu deveria fazer mais, deveria mexer-me mais — não sei como, não posso. Não ando sempre na Câmara a maçar as pessoas, claro se andasse também me receberiam, faça por não maçar demasiado. Quando se falou em retirar os duodécimos e dar o dinheiro para uma obra caso a caso — acho lindamente, não digo que não. O que eu não posso concordar é que apenas seja participada com 75%. Onde é que vamos arranjar os restantes 25%? Eu acho correcto se nós propormos uma obra e é dado um orçamento e a Câmara dá o dinheiro, tudo bem. Mas o que foi dito é que apenas nos garantem 75% dos projectos aprovados — e à freguesia de Esgueira que é semi-urbana. Eu na realidade não sei onde é que podemos ir buscar o resto do dinheiro. Se não nos pagarem os valores completos eu não sei como é que irá ficar — assim não podemos aceitar de maneira nenhuma essa delegação de competências.

Também, quando o Senhor Presidente da Câmara nos disse naquelas reuniões que poderíamos dizer os nossos problemas particulares das Juntas, não nos foi dito isso. O que foi dito era que eram os problemas gerais. Que essas reuniões era, para tratar de assuntos gerais e os particulares eram tratados na Câmara, como eu tenho feito sempre. No que diz respeito à reunião da Glória, que foi realizada nos Paços do Concelho, realmente eu preenchi o papel, timbrado, assinado, como foi pedido. Mas não me adiantou muito preenchê-lo! Porque os valores que foram propostos, por exemplo os 50 cêntimos para a limpeza de valetas ou como eu disse ao Senhor Vereador que alguns passeios em Esgueira têm de ser levantado o cimento e serem feitos de novo, sendo dois trabalhos e não um, e que isso pedimos um orçamento e nos fica muito mais caro. É disso que eu estou a falar. No montante eu vou sim senhor receber mais, mas isso não dá para eu fazer os passeios àquele preço. Mas se os senhores conseguem tudo bem a Câmara que faça os passeios da freguesia de Esgueira.

Portanto eu não estou aqui a falar por falar. Eu antes do Natal tentei falar com o Senhor Vereador Pedro Ferreira, depois do Natal, disseram-me sempre que não estava!? Eu bem sei que ele tem as coisas dele, agora eu é que não tenho culpa. Eu falei nisso e enviei um documento para a Câmara do qual não obtive resposta. Portanto mais franca do que foi acho que não poderia ter sido. Eu não estou com isto a fazer política. Eu estou a dizer aquilo que nós na freguesia de Esgueira temos que fazer. Mas não podemos fazer milagres. Obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁴¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) ⁰⁴²

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) ⁰⁴³

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁴⁴

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) ⁰⁴⁵

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁴⁶

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁷

“Vou procurar aqui ser também bastante económico. Mas para dizer que esta é a câmara onde de facto a política do concelho deve ser discutida até às suas últimas consequências. É claro que a discussão das Grandes Opções do Plano é um momento alto da política que o executivo propõe a esta câmara política, para politicamente o discutirmos. Não posso, não aceito, que o órgão executivo retire esta capacidade e esta potencialidade que a todos deputados por obrigação do regimento e obrigação legal têm de fazer. Fiscalizar os actos da Câmara, discutir e aprovar sobre as grandes opções políticas para o município. Não se trata de nenhuma outra tarefa obreirista, porventura aqui nos possam querer assumir. Compreendo os presidentes de Junta que têm de realizar tarefas concretas, que têm de procurar meios, que têm de saber gerir a melhor forma de modo a poder propiciar melhores condições de salubridade, as melhores condições de desenvolvimento e de atendimento de todos os seus fregueses, de todos os seus munícipes. Assim, como ao Presidente da Câmara. Porque o Presidente da Câmara é o Presidente de todos os munícipes, não é o Presidente da coligação ou da oposição. Razão porque tem de estar acima de qualquer suspeita na realização dessas tarefas. Razão porque, nós entendemos, que a utilização criteriosa por parte dos eleitos, deve ser a pedra angular da nossa acção.

Senhor Presidente da Câmara, eu vou-me dispensar porque quero corroborar tudo o que o meu Presidente de Junta diz relativamente à Pista de Remo. Nós sabemos que não é uma tarefa simples. Eu não quero crer que não seja convicção absoluta de que os aveirenses querem o melhor para Aveiro. E o facto de lutar por um equipamento, como disse, que é um equipamento que pode conduzir ao desenvolvimento e à sustentabilidade de novas formas de economia, de todos requer apoio.

Para esclarecimento ou legendagem do discurso anterior, queria dizer que quando falei de Gonçalves Zarco e de Bartolomeu Dias, os descobrimentos só deram prejuízo porque só iam na via do ouro e Brasil e da canela e da pimenta da Índia. É claro que os executivos anteriores tiveram e desenvolveram algumas acções as quais conduziram a determinada situação económica e financeira da edilidade. Todavia, deixaram o património e as potencialidades absolutas para que se pudessem resolver. E o que temos vindo a observar é que porventura nem sempre bem. Quero justificar com isto apenas e só a posição assumida pela Câmara Municipal em relação à PDA.

A única situação que eu deixava aqui ao Senhor Presidente da Câmara é o seguinte: se porventura está plasmado e se porventura quer crer que as despesas e as receitas orçamentadas lhe resolve o problema dos 250 mil euros mensais que tem de défice?”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) ⁰⁴⁸

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰⁴⁹

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Em primeiro lugar permita-me que louve o esforço de síntese da acta que o Senhor Terra Sêca aqui nos trouxe. Afinal está já aqui uma análise e um resumo de tudo aconteceu.

Apenas para terminar esta discussão da parte do Partido Social-Democrata, queria-vos dizer também com toda a lealdade que há comportamento que para nós nos espantam. Parece que há uma certa hipocrisia naquilo que é dito aqui. Eu queria lembrar esta câmara que quando foi votado por este executivo este pedido de empréstimo a lei já existia, e o artigo 40 e o artigo 41, lá estavam. E perdoem-me falar em hipocrisia. Porque aquilo que devia ter sido falado, aquilo que devia ter sido dito, está agora capciosamente aqui falado, talvez a introduzir algum envenenamento nas afirmações. E eu considero que, é muito perigoso dizer que alguém está empenhado em que as coisas sejam solucionadas e deixarem aqui suspeições sobre procedimentos do próprio Tribunal Contas. Eu tinha à bocado apelado à fé dos deputados e principalmente à fé dos médicos. Eu julgo que muitas vezes os cancros são tratados com aquilo que nós conseguimos incutir dentro do espírito do doente — era nesse aspecto que eu queria referir. E dá-me a impressão que eu não acredito que os médicos desta assembleia estejam efectivamente empenhados em incutir e introduzir esta fé e esta esperança, permitam-me que use também a palavra. Porque quando ouço aqui tanta reserva mental, tanto conhecimento dos pareceres, e tanta preocupação com os artigos que já lá estavam quando aprovámos aqui este empréstimo, permitam-me que conclua que acho que há alguma hipocrisia na posição. É uma opinião minha, política. De qualquer forma julgo que todos os senhores deputados conhecem aquele aforismo popular que diz que por vezes o amor mata. Talvez alguns dos senhores deputados devam ser dispensados de tanto amor, não aconteça que ele venha a atrofiar a vida e a evolução e a solução do problema para Aveiro. Disse.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁵¹

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) ⁰⁵²

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁵³

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Bastos Rodrigues)

De seguida a Presidente da Mesa ⁰⁵⁴, colocou à votação o ponto n.º 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro – Discussão e Deliberação, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor (PSD18+CDS6), quatro abstenções (PS4) e nove votos contra (PS7+PCP1+BE1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Regala (PCP): ⁰⁵⁵

“Numa situação financeira débil em que a despesa continua a aumentar, compete aos responsáveis atalhar esse aumento de dívida. Falar nela sem nada fazer para objectivamente a combater é grave e penalizador para o município. O Orçamento agora apresentado continua a sustentar-se numa política de aumento dívida, combatendo a despesa elevada com receitas irreais. É uma demonstração de um caminho que apenas é coerente deste executivo, mas é o continuar do caminho para o aumento da dívida.”

Vogal Arsélio Martins (BE): ⁰⁵⁶

“Embora concordando com algumas iniciativas que a Câmara propõe no Orçamento e Plano, entendi votar contra pela forma como elas vão ser executadas ser contrária àquilo que eu entendo seja um plano de desenvolvimento de uma cidade como Aveiro. Tenho também para mim a simples movimentação de capital financeiro de uns sítios para os outros, vindo, pondo,

acrescentando aqui, acrescentando acolá, (tal como está) diminua qualquer tipo de dívida agora ou no futuro.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS): ⁰⁵⁷

“A bancada do Partido Socialista votou maioritariamente contra a proposta de Orçamento: em primeiro lugar porque o Orçamento nos apresentava números absolutamente disparatados e não são números reais — como muito bem nos apercebemos nesta discussão. Acabou por se perceber no final da discussão que afinal o Orçamento é de 48 milhões e meio de euros, só que esse tal Orçamento não nos foi o que foi apresentado e como tal não o pudemos discutir. Depois para registar que à margem destas discussões do Plano para Aveiro e para o município no ano de 2008, a bancada da coligação que suporta o executivo aproveitou para trazer à coação o empréstimo de saneamento e as dívidas ao Beira-Mar que nada têm a ver com este ponto que deveríamos discutir. Obrigado.”

(Reentrou na sala o Vogal António Bastos Rodrigues)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD): ⁰⁵⁸

“O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Aveiro votou favoravelmente este Orçamento por se tratar de um Orçamento realista, por se tratar de um Plano Plurianual de Investimento e de Actividades para o ano de 2008, que vai ser importante para o desenvolvimento do município de Aveiro, para o cumprimento dos compromissos assumidos, e para um desenvolvimento concertado de todo o município, que é isso que todos desejamos e que de uma vez por todas o passivo da Câmara de Aveiro possa só dizer respeito ao passado e não ao nosso futuro. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): ⁰⁵⁹

“A bancada do CDS votou favor este Orçamento, por nos parecer ser este o Orçamento possível na conjuntura deixada pelo executivo anterior.”

De seguida a Presidente da Mesa ⁰⁶⁰ colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Vogal António Bastos Rodrigues (PS): ⁰⁶¹

“Senhora Presidente, apenas para dizer que me abstive nesta votação da acta em minuta porque não participei na votação anterior por razões logísticas — como deve compreender.”

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa ⁰⁶², deu por encerrada a terceira reunião Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 14 de Janeiro (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 08 de Janeiro de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)